



Arte no ensino médio uma questão equidade

Arte en la enseñanza media una cuestión equidad

Art in high school a question equity

Rosa Iavelberg¹

Resumo

O texto trata de questões fundamentais ao Ensino Médio, diante das reformas propostas por intermédio de Medida Provisória. Questiona o fato de que o ensino da Arte perdeu espaço, enquanto componente obrigatório, no currículo das escolas. Propõe procedimentos formativos aos professores de arte que incluem a investigação didática. Indica a necessidade de construção de um currículo que considera a cultura jovem e as didáticas contemporâneas nas salas de aula.

Palavras-chave: Formação de professores, Arte, Ensino Médio, Reforma

Resumen

El texto trata de cuestiones fundamentales a la Enseñanza Media, ante las reformas propuestas por intermedio de Medida Provisional. Cuestiona el hecho de que la enseñanza del Arte perdió espacio, como componente obligatorio, en el currículo de las escuelas. Propone procedimientos formativos a los profesores de arte que incluyen la investigación didáctica. Indica la necesidad de construir un currículo que considera la cultura joven y las didácticas contemporáneas en las aulas.

Palabras clave: Formación de profesores; Arte; Enseñanza Media; Reforma

Abstract

The text deals with fundamental questions to the High School, against the proposed reforms through a Provisional Measure. He questions the fact that Art teaching has lost space, as a required component, in the school curriculum. It proposes training procedures for art teachers that include didactic research. The Text indicates the necessity to build a curriculum that considers youth culture and contemporary didactics in classrooms.

Keywords: Teacher training; Art; High School; Reform

¹ Profa. Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. * Rosa Iavelberg. Ministra a disciplina Arte na graduação e pós-graduação do curso de Pedagogia.

Trabalha com formação na Educação Escolar e Social. Líder do Grupo de pesquisa Formação Educadores em Arte (CNPq) <http://lattes.cnpq.br/3612410780790990>

Arte na Educação Básica tem seu lugar, enquanto área de conhecimento, em diferentes linguagens, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, LDB5692/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Entretanto, sua permanência e presença no tempo curricular das escolas nos leva a crer que a validação da Arte, como componente imprescindível, está longe de ser alcançada. Sabe-se que faltam professores e licenciados nas linguagens específicas para responder ao que está proposto nas leis e documentos.

Nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Arte foi inserida como componente da área de Linguagens, perdendo o destaque de área do conhecimento que teve nos PCN, a mesma presença tímida as linguagens das artes terão na Base Nacional Curricular Comum, BNCC, cuja 3ª versão ainda está em discussão para finalização, enquanto escrevemos esse artigo.

Nos últimos censos escolares foi demonstrado que faltam professores para dar aulas de arte nas linguagens específicas: Artes Visuais, Audiovisuais, Dança, Música e Teatro. Isso resulta na polivalência vigente na maioria das escolas de Ensino Fundamental, que contratam professores sem habilitação específica. À escassez de profissionais formados em cada uma das linguagens, acresce-se a pequena carga horária destinada ao componente nos desenhos curriculares.

Sendo assim, a obrigatoriedade do Ensino da Arte, enquanto área do conhecimento com conteúdos próprios, não veio acompanhada do tempo didático compatível. Na prática constata-se a invisibilidade que se dá à Arte, muitas vezes ministrada por professores não licenciados, com uma ou duas aulas de 50 minutos por semana, reservados para todas as linguagens ou para algumas em detrimento das demais.

Arte não compõe as avaliações do sistema de ensino, nas quais são privilegiadas Língua Portuguesa e Matemática, tal proposta avaliativa, certamente, resulta do desconhecimento sobre a importância das artes na formação do cidadão e no desenvolvimento integral do aluno.

Na contramão das proposições que negligenciam a arte no currículo, sabe-se que as linguagens artísticas na escola apontam para a melhoria da formação crítica e da participação cultural dos alunos, aprimorando o desenvolvimento equilibrado entre o pensar, o simbolizar, o perceber, o imaginar e o sentir. No Ensino Médio acentua-se o fato de que a Arte promove o desejo de aprender e participar da escola, pois a área afirma a interação entre o aluno, seu grupo e a comunidade escolar mais ampla favorecendo a socialização, a mobilização crítica em relação

às questões sociais e a valorização das culturas comunitárias em diálogo com o universo da arte de diferentes tempos e lugares.

Ter um projeto de vida em construção é fundamental ao jovem do Ensino Médio para a edificação de seu protagonismo na escola e no corpo da sociedade. Tal projeto é a via da autonomia e da liberdade, em decorrência se dará a valorização das aprendizagens escolares pelos estudantes que atribuirão significado a seus esforços e dedicação para aprender, em função da sua consciência sobre o valor do conhecimento e das experiências e artísticas e estéticas.

A cultura jovem pode ser incorporada ao desenho curricular para que a escola faça sentido, sendo assim, cabe aos professores e gestores se inteirarem do gosto, dos interesses e das necessidades dos jovens, tendo-os como ponto de partida para expandir o repertório artístico e cultural, de modo que o aluno de Ensino Médio possa ser capaz de realizar, com critérios, a avaliação da qualidade da arte que acessa e consome fora da escola.

Em qualquer eixo temático que se escolha trabalhar no Ensino Médio é fundamental ao jovem a expressão de sua subjetividade na arte que cria e naquela que frui e compreende em atos de interlocução com as artes dos demais (colegas e artistas). As produções artísticas ganham existência nos atos criadores de quem as interpreta, entra em contato e as estuda, pois os objetos artísticos dependem da interação e da atribuição de sentidos, para além dos conteúdos poéticos dos artistas.

Sendo a arte um aspecto importante e constitutivo na formação dos sujeitos, como se pode querer vesti-la com a máscara da inutilidade nos desenhos curriculares, subtraindo sua obrigatoriedade com componente no Ensino Médio, e com isso perpetuando a necessidade histórica de advogarmos, ciclicamente, sua causa. Tal necessidade costuma acontecer em dois casos: nos períodos de crise econômica e nos regimes ditatoriais.

No primeiro caso, a arte passa a ser supérflua em relação às necessidades do sistema produtivo voltado ao capital e ao lucro. Assim, se justifica que se formem os jovens por meio do ensino técnico, para favorecer os detentores do capital e seus projetos, dos quais o jovem não participa, mas colabora com sua força de trabalho e vínculo dependente em função da sua necessidade de sobrevivência, isto é muito pouco para um projeto de vida dos alunos. No segundo caso, o dos regimes ditatoriais, é evidente que aquilo que não se pode calar, a

manifestação por intermédio da arte, precisa ser eliminada, reprimida com violência e censurada. Cale-se, pare, aceite sem críticas são as intenções implícitas das políticas antidemocráticas, de dominação e da defesa de privilégios para poucos, em detrimento da maioria.

A arte é revolucionária porque pode ser manifestação de todas as classes sociais e dos diferentes povos, ela pode se compartilhada por todos, se houver democracia na formação para a arte e no acesso a ela, sendo “proibido proibir”. Por si só arte não promoverá a justiça social mas, tem a potência de formar pessoas sensíveis e de percepção aguçada orientada a diferentes aspectos. Esses indivíduos poderão se mobilizar e lutar pela equidade.

Um dos indicadores da fragilidade da Arte no Ensino Médio é a dificuldade que os professores encontram para realizar a avaliação das aprendizagens e selecionar conteúdos, sob a mirada de gestores que, muitas vezes, não sabem como colaborar com a formação dos jovens, por falta de preparo profissional na área.

Contudo, nos casos em que encontramos todas as condições para o ensino da arte nas escolas, podemos perceber o valor que não pode ser subtraído de uma área fundamental na formação global dos alunos que perpassa, como vimos, o âmbito cognitivo, social, simbólico e imaginativo, fontes do viver em com autonomia, autoria, liberdade e responsabilidade. Essas capacidades podem ser desenvolvidas nas aprendizagens escolares.

A reforma do Ensino Médio que teve início em 2016 revela uma preocupação com os resultados das aprendizagens, isso não seria negativo se uma avaliação sistêmica, envolvendo todos os aspectos que interferem no aprender fosse feita.

A baixa média das aprendizagens obtidas pelos estudantes nas últimas avaliações do Ensino Médio não será revertida com a diminuição de disciplinas, como está proposto na Medida Provisória (MP) 746/2016, que abole a obrigatoriedade do oferecimento das disciplinas Artes, Filosofia, História, Sociologia e Educação Física. Essa medida será eficaz para formar um aluno acrítico, facilmente manipulável pelas regras do sistema produtivo"
(IAVELBERG, 2017 p. 38).

Frente aos fatos, docentes arte-educadores, filósofos, professores de Educação Física e História realizaram uma mobilização social, consistente em argumentos, que causou um desequilíbrio na aprovação da referida Medida Provisória, com o apoio de alguns políticos e

organizações representativas de cada uma das áreas. Em função disso, aventou-se a hipótese de retorno à proposta da LDB9394/96 com todas as emendas nela concretizadas.

O currículo do novo ensino médio será norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória e comum a todas as escolas (da educação infantil ao ensino médio). A BNCC definirá as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum (1.800 horas), abrangendo as 4 áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas diretrizes curriculares nacionais de educação básica. Por exemplo, a área de ciências humanas compreende história, geografia, sociologia e filosofia. As disciplinas obrigatórias nos 3 anos de ensino médio serão língua portuguesa e matemática. O restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos, a seguir: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. Cada estado e o Distrito Federal organizarão os seus currículos considerando a BNCC e as demandas dos jovens, que terão maiores chances de fazer suas escolhas e construir seu projeto de vida. (<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>)

O Ministério da Educação está fazendo propaganda da reforma do Ensino Médio nas mídias, é uma lástima pois parece que as cartas já estão dadas.

A formação dos professores de arte

Os documentos e as leis do âmbito federal que regem o ensino costumam buscar qualidade e atualização e se propõem a provocar a participação democrática por intermédio de consultas à comunidade de especialistas e público mais amplo. Entretanto, na prática, parece prevalecer nessas produções as marcas ideológicas e educacionais de seus propositores, ligados ao plano do governo.

Regulamentar a formação dos professores por área de conhecimento e nas linguagens específicas é o mais adequado, já o critério de “notório saber” para a contratação de professores, que passará a vigorar caso a Medida Provisória (MP) 746/2016 seja aprovada, é muito difícil de ser aferido, presume-se que muitos concorrerão ao cargo de professor de arte. Todavia, um excelente profissional do mundo da arte pode ser um professor inábil, pois para saber dar aula e verificar as aprendizagens não basta saber criar ou conhecer uma das linguagens, é necessário o conhecimento didático que se adquire nas licenciaturas.

A formação dos futuros professores não pode prescindir da experiência com os modos do aprender, que serão praticados nas escolas onde esses profissionais trabalharão. É imprescindível que haja coerência e atualização nos paradigmas da educação e da arte contemporâneas por parte dos professores na formação inicial, assim, findo o curso e nos estágios, o ensino será praticado nos mesmos moldes. Em termos contemporâneos, isso significa que o fazer e o conhecer arte devem compor os currículos dos cursos de formação de professores de arte que, além disso, necessitam do estudo dos fundamentos e das práticas de qualidade que permearam a história da área até a contemporaneidade, para que o caminho de construção da identidade profissional dos futuros docentes seja edificado e contextualizado por eles.

Em sala de aula, o trabalho do professor será de criação didática com suporte nos fundamentos da arte, da educação e da arte/educação. Uma formação tão complexa como a dos demais componentes escolares, pois se espera formar um professor investigativo em relação à própria prática e reflexivo na articulação entre ela e a teoria abraçada por sua equipe.

O interesse do jovem por frequentar a escola e o sentido que poderá atribuir a ela dependem das oportunidades educativas de qualidade e da consideração dos educadores pela cultura que esses alunos trazem consigo. Escutar, observar, se aproximar e conhecer os jovens, seus contextos de origem e as especificidades sociais que permeiam o cotidiano de cada um dos estudantes é fundamental à consolidação da sintonia entre professores e alunos, quando se quer que a escola faça sentido na vida deles.

A escola pode ser instigante para o jovem se alguns aspectos forem prioridades das equipes (gestores e professores), tais como, o trabalho compartilhado entre os educadores e gestores das escolas, procurando envolver e validar a arte junto aos alunos, familiares e à comunidade mais ampla.

Verificou-se nas ocupações das escolas, ocorridas no ano de 2016, em diversos estados da federação, a alta competência de organização e responsabilidade que os jovens foram capazes de assumir. A ocupação da escola é um ato de marcação de território, de ruptura com a invisibilidade e de comunicação com a sociedade. Tal forma de participação social foi gerada por jovens e teve muita adesão, tanto dos alunos como da sociedade. As ocupações emergiram de contradições que os estudantes puderam detectar e expressar em nome da melhoria do ensino. É

bom sublinhar que o jovem também precisa dialogar, ponderar e escutar os diferentes agentes da sociedade para seguir com suas lutas, mas se trata, sobretudo, de uma luta diante do cotidiano tedioso e massacrante ao qual são submetidos, na maioria das escolas, permanecendo sem alternativa de escolha, observando, do espaço escolar, a sociedade por meio de um vidro opaco, feito de material isolante que impede a comunicação, a interação e o diálogo com a sociedade.

Ao contrário disso tudo, a arte não se deixa aprisionar, e segue importante na formação dos jovens.

A arte qualifica o cidadão livre, pois a liberdade é condição da criação artística. Um currículo sem arte significa murar a escola, isolá-la dos aspectos criativos do mundo. Nessa escola, os alunos aprendem sem motivação e não gostam das aulas, por não serem sujeitos autorais, que protagonizam suas aprendizagens e as ações da vida escolar; estudam para passar de ano, mas não sentem o desejo de aprender e não edificam a identidade de estudante, em formação permanente, ao longo da vida. (Idem)

Será necessário bater duro nas resistências, nos equívocos e no desconhecimento sobre arte, educação e arte/educação daqueles que formularam a reforma do Ensino Médio que está em discussão. Não podemos nos acostumar à intransigência de quem coordena propostas que representam um retrocesso em relação ao histórico das experiências e a tudo que se sabe sobre arte na educação escolar dos jovens.

Algumas considerações

A educação para todos e a garantia de permanência na escola não são suficientes para que haja igualdade de direitos na formação dos jovens da escola pública. O desenho curricular e a qualidade da prática docente também precisam ser considerados na proposta didática junto aos alunos do Ensino Médio, afirmando sua integração na sociedade e a possibilidade de participação cultural.

O direito ao desfrute da arte e à criação se aperfeiçoam quando os conhecimentos da área são assimilados e vividos na escola, deixando de lado leituras e faturas artística ingênuas, substituindo-as por da maioria das escolas, cultivadas em relação ao fazer e às manifestações artísticas. Se quer dos alunos interações informadas pelos conteúdos artísticos e estéticos das diferentes culturas. Tal experiência escolar não pode ser um direito apenas de poucos, os estudantes da escola pública, como todos, têm contato informal com a arte em seu cotidiano,

entretanto, fazem jus ao conhecimento artístico mais abrangente e aperfeiçoado, garantido por uma educação de qualidade.

A articulação que deve haver entre a escola e a sociedade justifica a obrigatoriedade da arte no currículo. É importante ao aluno conhecer tanto a arte popular como a erudita, sem nenhuma escala de valor entre as duas modalidades, sabe-se que a maioria dos alunos só tem acesso aos conteúdos universais da arte por intermédio da educação escolar, portanto, a privação desse saber constitui uma marca que qualifica quem o tem e deprecia quem não possui esses conhecimentos.

Por que ler e escrever em Língua Portuguesa seria mais importante do que fazer e conhecer Arte? Ambas se constituem enquanto linguagem e, como tal, fazem parte do sistema de expressão e construção do conhecimento. Conhecer Machado de Assis é tão relevante à formação do aluno do Ensino Médio como o conhecimento da obra de Tarsila do Amaral. Como se sabe, pouquíssimos alunos das escolas públicas vão a bibliotecas, a museus e instituições culturais. Essa falta de hábito de frequência pode ser melhorada com a educação escolar. Se aprender a ler e a escrever serve a muitas práticas sociais, o mesmo ocorre com a aprendizagem artística. Nada justifica a desvalorização da arte nas escolas do Ensino Médio.

De qualquer forma, é necessário um ensino de qualidade pois a área de Arte tem sido banalizada e diminuída em nome do discurso que valoriza apenas a interdisciplinaridade e os projetos que envolvem as temáticas transversais, que tratam de temas sociais de atualidade. Dentre esses temas, meio ambiente tem sido um dos mais usados e de modo equivocado, quando os objetos artísticos tornam-se apenas meios para o trabalho com o tema e o tratamento dado a ele é distante da realidade e dos conteúdos a ele inerentes. As questões socioambientais que levam ao ensino do referido tema, são importantíssimas, entretanto, não deveriam eclipsar o lugar da arte nos projetos escolares pois, se o fazem, dão sinais de ações mal concebidas.

Em relação à interdisciplinaridade ocorrem projetos onde a arte é um acessório de conteúdos das outras áreas. É complexo encaminhar propostas interdisciplinares nas escolas de Ensino Médio, é necessária uma articulação intensa e frequente entre os professores das diferentes áreas envolvidas em cada projeto, fato pouco usual entre os docentes do segmento que, em sua maioria, em nosso país, ministram aulas em mais de uma escola em horários distintos.

Nos trabalhos com artes e temas ou interdisciplinares é comum que tais propostas encubram o desconhecimento de arte, de seu ensino e dos modos de sua aprendizagem por parte das equipes escolares.

A escola do jovem

Para quem é a escola? Eis uma pergunta fundamental que deve ser feita pelos gestores e professores, para tanto, a participação dos jovens na construção dos projetos de trabalho a serem desenvolvidos em sala de aula é relevante.

Como vimos, Arte é fundamental na escola pois ela promove: a educação, a socialização, a mobilização social, a recuperação das culturas locais e o ensino da diversidade cultural. Além disso, fazer e conhecer arte prepara o aluno para o mundo do trabalho autoral e a concretização de escolhas pessoais com liberdade e responsabilidade, pois desenvolve a capacidade de realizar observações detidas, aprofundadas e contextualizadas porque o estudante aprende sabendo situar o objeto artístico sob diferentes prismas: histórico, geográfico, estético e crítico, entre outros, estabelecendo conexões entre diferentes poéticas com uma postura investigativa.

A escola poderia ser mais convidativa para o jovem, isso não significa que ele deixará de se esforçar e se dedicar para aprender, mas que muitos aspectos da educação tradicional, na qual o professor falava e escrevia na lousa e o aluno copiava mantendo uma relação unidirecional, precisam ser transformados. Entretanto, essa conduta didática ainda é muito frequente e torna a vida escolar desconexa, por exemplo, em relação às modalidades de interação com os meios digitais, que os alunos já praticam na vida cotidiana. Esse descompasso entre a escola e a vida dos jovens na sociedade é muito antigo e já foi tratado, há muito tempo, pelos pensadores da arte na educação escolar.

Na educação em arte, uma ênfase maior no pensar inteligente poderia ser realizada de diferentes formas. A primeira delas é um planejamento intencional por projetos envolvendo as construções artísticas. O método por projetos, com se sabe, revolucionou e revigorou o Ensino Fundamental americano. No Ensino Médio, isto é abandonado a favor de estudos acadêmicos. (MUNRO, 1956, p. 253², tradução nossa)

² MUNRO, Thomas. Art education, its philosophy and psychology: selected essays. Indianapolis, EUA: Bobbs-Merrill, 1956. O livro reúne diferentes ensaios; o desta citação tem por título “Adolescence and art education” e foi publicado pela primeira vez no Bulletin of the Worcester Art Museum, XXIII, 2, jul. 1932, p. 61-80).

O mesmo se pode pensar da maioria das escolas brasileiras de nossos dias, por um lado, devem ser criadas rotinas e conteúdos mais adequados à cultura e ao modo de vida dos jovens, por outro, essa dinâmica posta em prática pedirá um movimento de transformação permanente com a participação e diálogo com os estudantes, que assim respeitados, escutados e convidados a se responsabilizar pela própria vida escolar e pela escola levarão consigo esta experiência.

Se buscamos melhores indicadores nos resultados das aprendizagens do Ensino Médio, é preciso consumir o conhecimento que se tem sobre a área de Arte, aproximando esse saber das escolas em nome de práticas avançadas. Não reverteremos o quadro atual apenas com a reordenação do tempo didático e a hierarquização dos componentes curriculares.

Muito se fala da distância da universidade do chão da escola, contudo, diante do que se verifica nos encaminhamentos de reforma do Ensino Médio, é de se pensar que fazer uso dos avanços conceituais das pesquisas sobre a arte na educação, seria no mínimo um impedimento para a ilusão proposta na Medida Provisória (MP) 746/2016, que suprime a obrigatoriedade das disciplinas: Artes, Filosofia, História, Sociologia e Educação Física do Ensino Médio, tornando-as eletivas.

Uma questão sobre a qual devemos nos debruçar para defender Arte na educação é: porque depois de tantos anos de luta pela área, ainda temos uma carência preocupante no número de professores habilitados para ministrar aulas nas diferentes linguagens no Ensino Médio? Acreditamos que isso denota uma falta significativa de cursos de formação inicial e uma desmotivação, entre os professores, para atuar no componente Arte devido ao fato de a profissão não ser atraente diante da desvalorização decorrente das políticas públicas e das propostas dos documentos nacionais.

Apenas apostar na criatividade dos professores é insuficiente, ela não resolverá as necessidades que se apresentam nas situações escolares em Arte. Muitas escolas possuem espaços físicos inadequados, falta de materiais e equipamentos para as criações dos jovens, baixos salários para os professores, pouca oferta de formação continuada de qualidade e cotidianos exaustivos. É necessária uma formação continuada no espaço escolar, um trabalho de investigação didática permanente.

A investigação didática dos professores pode ser compartilhada pelos pares, coordenadores ou formadores para que se otimizem trocas que favoreçam o avanço da equipe escolar, que se beneficia da reflexão sobre a prática dos professores participantes que comunicam seus trabalhos, descrevendo, registrando, interpretando e socializando o que se passa nas suas aulas. Nesse sentido, a prática e a reflexão dos professores fazem parte de um estudo, cujo objeto de investigação envolve todo o grupo participante, incluindo formadores, coordenadores, e por vezes estagiários que, na proposta de investigação didática, atuam coletivamente desde o planejamento das atividades.

Os fundamentos sobre a investigação didática, enquanto prática formativa de professores foram versados e debatidos no Seminário Pesquisa Didática em Arte, promovido pelo Instituto Arte na Escola, no qual participei enquanto palestrante. Nesse seminário, cujo objetivo foi fundamentar os princípios do trabalho com a investigação didática na formação de professores de arte, foi fundante a palestra da Profa. Délia Lerner, professora da Universidade Nacional de La Plata (UNLP) e da Universidade de Buenos Aires (UBA) e pesquisadora do Instituto de Investigações em Ciências da Educação, na UBA. (IAVELBERG, 2016, p. 111 - 112)

Os desafios são enormes, mas não temos como desistir ou negar o que é imperativo: a resolução dos problemas crônicos que afetam nossa área. As teorias avançaram, no país e no mundo, no que se refere à arte na educação escolar, entretanto, a distância entre tais proposições e a sala de aula ainda é uma questão a ser resolvida para a melhoria da Arte na educação.

Referências

Livros:

IABELBERG, Rosa. Ensino Médio: de que reformas precisamos? In, Revista Select: **arte e cultura contemporânea**, São Paulo, 2017, edição 33, p. 38).

_____ Investigação didática na prática de formação dos professores de arte. In, **Anais do II Simpósio Internacional de Formação de Educadores em Arte e Pedagogia**. São Paulo, Editora Terracota, 2016.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: O real, o possível e o necessário**. Porto Alegre. Artmed. 2002

MUNRO, Thomas. **Art education, its philosophy and psychology: selected essays**. Indianapolis, EUA, Bobbs-Merrill, 1956.

Site:

<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>> (acesso em 10/05/2017)

Recebido em 07/04/2017
Aprovado em 14/05/2017
Publicado em 17/07/2017